

Sobre a natureza da filosofia¹

Juan Adolfo Bonaccini ²(UFRN)

Há muito tempo que se discute o estatuto cognitivo da filosofia, muito embora tenha se tornado uma disciplina em todas as universidades do mundo civilizado. A modernidade filosófica contrapôs-se à tradição metafísica alegando a falta de um método seguro para que a filosofia se tornasse uma ciência verdadeira e útil como a matemática ou a física. Qualquer reflexão sobre esta problemática é chamada hoje de metafilosófica, na medida em que consiste numa autoreflexão da própria filosofia sobre si própria e seu afazer, um metadiscurso sobre o discurso. O fato é que ela não se tornou até agora uma ciência particular e seus cultores não ostentam unanimidade, nem quanto a seu objeto nem quanto ao método ou aos métodos que lhe seriam próprios. A presente meditação pode então ser entendida neste sentido como um exame e uma proposta de um conceito de filosofia a partir de um exame do que é comum aos filósofos. Primeiro exercemos uma crítica sobre o giro epistemológico da filosofia contemporânea e alegamos que: 1) ao tentar fazer da filosofia uma ciência confunde-se seu estatuto cognitivo com seu estatuto científico; 2) que o conceito de ciência que tal atitude pressupõe é ideológico; 3) que mesmo dentro do âmbito antimetafísico desta atitude não se chegou a um consenso, nem se deixou de fazer metafísica em algum sentido. Em segundo lugar, através da reformulação dos conceitos de metafísica e de conhecimento filosófico, bem como os de princípio e fundamento, tentamos defender uma concepção de filosofia capaz de responder não apenas à pergunta que toda preocupação metafilosófica deve poder responder, a saber: o que é filosofia?, mas também à pergunta por aquilo que nos permite dizer que pensadores tão díspares, como por exemplo Aristóteles, Malebranche, Nietzsche, Heidegger ou Wittgenstein, são *filósofos*?

Há muito tempo que a antiga rainha das ciências está em baixa. Poucos são os que se animam a falar dela sem menosprezo e amiúde granjeiam somente o riso da plebe e os desfavores dos instruídos; menos ainda são os que parecem ser capazes de repensar esta atitude, e quase nenhum tem sido suficientemente sábio para meditar sobre o assunto em toda sua envergadura; não sem recair no lugar-comum da crítica fácil ou na paixão teórica pelo último livro que leu. Não quero dizer com isto que tenho a fórmula mágica, nem que bastem as alegações supramencionadas para resolver a questão. Parece-me somente que chamar a atenção para a injustiça do estado-de-coisas atual e a profundidade da atividade filosófica não parece descabido nem absurdo, de acordo com a necessidade e a tarefa que se lhe impõe à filosofia no contexto hodierno. O ensaio divide-se em três partes. Na primeira discuto o problema do objeto da filosofia; na segunda e na terceira tento oferecer uma caracterização sumária da atividade filosófica e da natureza da filosofia.

¹ Versões anteriores deste trabalho foram apresentadas em Colóquios na UFRN (Natal), na UFPE (Recife), na UFPB (João Pessoa) e na UFS (Aracaju). Agradeço aos colegas pelas críticas e sugestões, principalmente a Miguel A. do Nascimento, Giovanni da Silva Queiroz, Rubem Mendes de Oliveira, Fernanda Machado de Bulhões, Eduardo Dragos, Cícero Cunha Bezerra, Antônio Basílio N. Thomaz de Menezes, Cláudio Ferreira Costa e Edmilson Menezes.

² Doutor em Filosofia (UFRJ/Freiburg i. Br.), Professor do Departamento de Filosofia e Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRN.

I - Situação, objeto e propósito da filosofia

De uns tempos para cá, com raras exceções, a conjuntura filosófica não se tornou “kantiana” - no sentido do predomínio epistemológico e do conseqüente desprezo pela metafísica - *por acaso*. O mesmo princípio que se vislumbra no fundo das interpretações corriqueiras do Idealismo Alemão, e que é fruto de uma postura filosófica que surgiu como uma *reação* ao mesmo, é aquele que se tornou predominantemente uma crítica constante à “tradição metafísica”.

O que começou no século XIX com Marx, Comte e Nietzsche como uma *crítica da metafísica*, através dos *neokantianos* e dos *antikantianos* (Frege, Russell, Moore, o círculo de Viena, etc) prolongou-se no século XX numa vertente de pré-compreensão, discernimento e “idiomas”³ eminentemente *epistemológicos*⁴.

Reina um modo de encarar os problemas filosóficos que já não tem praticamente quase nada de genuinamente filosófico, mas é antes “cientificista”, porque pretensamente “científico”. O conceito de “Ciência” que está por detrás disso é antes ideológico que filosófico ou científico. Pois não existe “Ciência” a não ser para o senso comum - condicionado hoje em grande medida pela mídia (cuja “cientificidade” é diretamente proporcional a seu intuito comercial e inversamente proporcional à quantidade de pessoas cuja opinião “forma”⁵). O que existem de fato são *ciências*. E o que é ou não é *científico* é ditado por cada ciência, por seus cultores, e pelo que a comunidade científica e as instituições que financiam as pesquisas determinam como científico enquanto tal. E a única característica que parece ser ponto pacífico para todos, para os cientistas, os filósofos e o senso comum em geral, é que estas ciências via de regra possuem como característica fundamental o fato de serem ancoradas na matematização, na observação e na experimentação empíricas⁶ - atitude que do ponto de vista Filosofia tradicional,

³ Utilizamos este termo como sinônimo de língua, não de *Linguagem*, em consonância com a distinção que já estabelecemos noutro lugar (“Breve ensaio em torno à Linguagem”, *Princípios*, v. 2, n. 2 (1995), pp. 60-75).

⁴ Excluimos daí, naturalmente, certos seguidores de Marx, e alguns admiradores franceses e alemães dos escritos de Nietzsche.

⁵ Queremos dizer com isso que, embora se utilize das tecnologias mais avançadas que as ciências produzem, quanto mais pessoas atinge, tanto mais se afasta da realidade e se torna ideológica, gerando opiniões inadequadas e padrões de gosto e consumo questionáveis. Pois lhe é preciso ser muito vaga e dizer as coisas de uma maneira muito geral para e poder ser bem recebida e compreendida por um grande número de pessoas.

⁶ De resto, como isto foi formulado em Filosofia pelos filósofos chamados “empiristas”, os neo-empiristas contemporâneos têm tentado ressuscitar esta concepção, na esperança de que assim a Filosofia possa, por

“metafísico”, deveria ser considerado como *dogmaticamente empirista*⁷ -, por um lado, e por outro o de servirem em sua funcionalidade à “utilidade pública”, a curto e a meio prazo, com as tecnologias e benefícios que geram a partir da formulação de cálculos e previsões. De tal modo que se o chamado “rigor” da Filosofia fosse *científico*, então ela deveria ser empírica; e ainda teria que produzir algum benefício análogo ao de outras ciências como a Medicina, a Física ou a Bioengenharia. Como, porém, este não é evidentemente o caso, é de se esperar que este cientificismo tenha outros motivos e uma outra história muito mais ideológica do que poderia parecer. A palavra “ciência” e o apelativo “científico” tornaram-se metáforas de uma série de interesses e atitudes nada ou pouco científicos.

Com relação a esta postura, existem ainda outros indícios dela no âmbito das “Filosofias” - das idiosincrasias - que grassam nesta nossa época “epistemológica” por excelência. Pois ao mesmo tempo que hoje imperam - de resto, como sempre -, uma pluralidade de tendências e dissidências no cenário filosófico, vive-se uma espécie de *torpor* anti-metafísico e de *niilismo acadêmico*. Enquanto a sociedade continua ainda sem entender muito bem o que fazem realmente os filósofos e qual é de fato o *métier* e a importância dos professores de Filosofia, no próprio âmbito universitário da Filosofia já existem muitos que abandonaram há tempos a esperança de uma contribuição à tradição, da qual cada vez mais se afastam. Amiúde ouvimos de certos “filósofos de profissão”, às vezes antigos mestres ou colegas, a sentença: não há mais Filosofia; a Filosofia acabou, ou vai acabar; a Filosofia, com o progresso científico, ficou *sem objeto*. Estes colegas afirmam isso como se a ciência tivesse tomado o lugar da Filosofia; e como se a sua própria incapacidade de oferecerem uma contribuição à altura da tradição e dos tempos fosse um argumento suficiente para decretar o anacronismo e o fracasso essencial de toda empresa genuinamente filosófica. É óbvio que não é difícil confundirmos a nossa limitação com a dos outros; por conseguinte não seria absurdo pensarmos que estes senhores confundiriam o fato de não terem podido oferecer uma contribuição relevante com a morte da própria Filosofia enquanto tal. Quanto ao fato de a Filosofia ter ficado sem objeto, devemos

fim, se tornar uma “ciência”. O que é absolutamente improvável, se “ciência” for entendido ideologicamente ou a partir do conceito de ciência - do critério de cientificidade - de qualquer ciência particular.

⁷ Alguns filósofos da ciência contemporâneos, como Karl Popper e Hans Albert têm tentado defender uma concepção que não se encontra longe da nossa, na medida em que afirmam que toda observação e toda experimentação científicas já se fazem à luz ou sob a égide de uma teoria que é sempre pressuposta. P. Feyerabend e I. Lakatos também contribuíram para esclarecer ou compreender este aspecto, que de resto permite questionar a ideologia predominante, eminentemente “positivista”. Inclusive o esforço de T. Kühn, no sentido de defender a tese de que existem paradigmas de “cientificidade” historicamente condicionados, acaba por fornecer subsídios a uma abordagem como a presente.

reconhecer que essa alegação, de caráter bastante trivial, e freqüentemente proferida em nossos dias, não é tão fácil de responder como se pensa. Por isso merece uma resposta.

A melhor maneira de responder filosoficamente a uma alegação pretensamente factual não parece ser contrariar algo que é ou se apresenta como um fato. Fatos não podem ser contraditos ou negados senão ao preço da cegueira (ou da loucura). No entanto, como de um certo ponto de vista - que parece bastante acertado- fatos são sempre visualizados dentro de certos parâmetros, e como estes não fazem tanto parte dos próprios fatos como daquele que os observa⁸, não parece desatinado afirmarmos que esse diagnóstico (“a Filosofia ficou sem objeto”) supõe em seu princípio uma interpretação que poderia não ser aquela que honrasse o que se quer dizer quando se apela para situações ou fatos. Escamoteia-se no mínimo, por trás dessa aparentemente inocente “constatação”, duas pressuposições que foram insinuadas *en passant*.

De acordo com a primeira, pressupõe-se que “objeto” tem que ser algo empírico e *palpável* como um computador, um carro ou uma geladeira; confunde-se o objetivo e a relevância de uma disciplina com o devia ser seu produto se ela fosse uma ciência empírica como a engenharia mecânica ou a informática. Evidentemente, se isso é objeto, então a Filosofia não tem objeto - nem nunca teve.

De acordo com a segunda, intimamente ligada à primeira, pressupõe-se que o fato de a Filosofia ter desempenhado na sociedade de “outrora” a importância que hoje ocupam as ciências, e de que certos filósofos eram na época “cientistas”, somado à falta de clareza acerca do objeto da Filosofia - alguém chegou a falar de “intransparência” (Habermas) -, seria indício certo de que a Filosofia teria paulatinamente cedido o seu terreno às ciências particulares, as quais aos poucos teriam “aprofundado” com métodos mais adequados os conhecimentos que inicialmente e de maneira ainda “pré-científica” pertenciam ao domínio filosófico. Outras vezes, a mesma atitude expressa-se no sentido de apontar como a Filosofia tem se tornado cada vez mais modesta, sugerindo que logo poderá desaparecer por completo.

Se considerássemos a primeira pressuposição verificaríamos que seu alcance é maior do que parece. Porque existem outras disciplinas que não produzem “manufaturas”. Mas parece que ninguém se preocupa com isso, nem as censura. Exemplo? Quando alguém me pergunta qual a minha profissão, e respondo: “Professor”, ou “Pesquisador”, geralmente a mesma pessoa, ainda insatisfeita com a resposta, pergunta de novo: Professor de quê ? ou, em que área o Sr. faz pesquisa? Quando respondo: “sou Professor de Filosofia”, ou “faço

⁸ Acredito que, além de outros epistemólogos acima citados, Hilary Putnam concordaria em grande parte com o que dizemos nesta passagem - pelo menos se consideramos como questiona a diferença entre “fato” e “valor”. Ver *Reason, Truth and History*, Cambridge: Cambridge University Press, 1981, Cap. 6.

pesquisa em Filosofia”, surge sempre no interlocutor uma mistura de decepção, interrogação e surpresa. Seguem-se então uma série de perguntas assaz conhecidas: “...o que é isso?”; “e... para que serve?”; “e... como o Sr. trabalha com isso?”; “...o que faz a Filosofia?”; etc. No entanto, quando algumas pessoas que trabalham no chamado ramo de “Prestação de Serviços”, que geralmente apenas oferecem conselhos - consultoria, como se diz - a pessoas ou empresas, e que tampouco geram produtos “palpáveis” são questionadas no mesmo sentido, ninguém se espanta nem faz aquele conjunto de perguntas tolas. Ninguém pergunta a um administrador de empresas o que faz, ou a um consultor. E muito menos a um professor de línguas. Mas perguntam ao filósofo. Como se sua “ciência” carecesse de objeto; como se fosse algo vão e inútil. O que está por detrás disso, na verdade, é a idéia de que não é um negócio lucrativo, de que é meramente um ócio que não pode ser vendido nem pode dar lucro a quem quer que seja. No que estão redondamente enganados quase todos que pensam assim; uma vez que consideram lucrativo apenas o que traz um lucro fácil e imediato. E a Filosofia poderia ser lucrativa, mas num outro sentido que não é nem fácil nem imediato; sobretudo porque o que ela ensina não pode ser vendido, posto que não tem preço.

Muitas nações compram e vendem tecnologias. O grau de civilização de uma nação é geralmente medido a partir do critério das nações que geram e vendem as técnicas e as tecnologias mais modernas; e o hoje chamado “primeiro mundo” é formado pelos países que produzem e vendem tecnologias. Mas não é impossível comprar tecnologias e aperfeiçoá-las. E gerar novas a partir dessa experiência. Já com a *cultura* as coisas são diferentes: a cultura supõe o cultivo de uma tradição na qual se empenham e se empenham gerações. Ela não pode ser aperfeiçoada a não ser desde dentro; ela pode sobretudo é ser seguida, i. é, plantada, re-plantada e colhida. Mas não pode ser implantada, a não ser no solo de uma mesma comunidade de valores, vivências e interesses. Não se pode “aplicar” *uma* Filosofia como se fosse uma tecnologia qualquer. Como tampouco pode qualquer nação culta furtar-se ao exercício e cultivo da Filosofia. Porque não existe nação que se diga culta sem Filosofia, como tampouco existiria cultura sem Música ou sem Literatura. Por isso a Filosofia não diz respeito ao lucro monetário de um grupo, de um indivíduo ou de um país; mas sim ao saldo espiritual de uma nação.

A segunda pressuposição é contemporânea da primeira. O que nesta chama a atenção, e seria interessante questionar, é o que ela entende por “pré-científico”. Gostaríamos de saber o que é que ela pré-supõe com isso; e se nós devemos necessariamente aceitá-lo. Se não será antes porque as ciências estavam num estado incipiente que elas não eram diferenciadas da Filosofia. E se a perda de prestígio social da

parte da Filosofia não terá outros motivos que os geralmente aduzidos na alegação de “anacronismo” e “perda de objeto”.

O fato de as ciências terem se separado paulatinamente da Filosofia é - concedamolo - apenas uma constatação histórica. Mas disso não se segue que a Filosofia tenha perdido seu objeto de investigação frente às ciências chamadas “empíricas”. O *objeto* da Filosofia, se é que se pode dizer isso em Filosofia, “objeto”, nunca foi empírico. O método filosófico nunca foi o de nenhuma ciência em particular, ainda que por vezes filósofos tenham se preocupado com problemas científicos ou tenham tentado importar - sem sucesso - métodos de outras ciências para a Filosofia. A Filosofia, ao que parece, tem tido sempre a ver com uma determinada *atitude de vida* e com um determinado *tipo de questionamento*. Tanto é assim que até hoje, apesar da distância que nos separa de suas origens históricas e da disparidade de opiniões reinantes na Filosofia, é comum que em reuniões de cientistas e intelectuais ou em núcleos multidisciplinares de pesquisa se reconheça de imediato a *colocação* de um filósofo - ainda que isto, geralmente, não seja propriamente acompanhado de elogios. O mesmo ocorre com intelectuais e cientistas de todas as áreas quando eles esbarram com as limitações de sua ciência ou disciplina e se vêem obrigados a pensar e perguntar filosoficamente: são logo tachados de um monte de epítetos que não vem ao caso elencar.

Se isso fosse o caso, então não se trataria de dizer que a Filosofia ficou sem objeto, porque nenhuma ciência nunca esteve nem está em condições de ocupar-se dele, a saber, do “objeto” da Filosofia. O que se pode chamar de “objeto” - bem entre aspas - em Filosofia, não é um ou vários objetos empíricos, nem mesmo uma certa região de problemas ligados direta ou indiretamente à empiria explorada pelas ciências empíricas. E no entanto, como o que caracteriza a Filosofia é uma certa atitude e um certo ponto de vista que diferem substancialmente da atitude e do ponto de vista das ciências, e mesmo daquele do senso comum, ela pode no entanto questionar *filosoficamente* certas regiões da realidade e das ciências.

Gostaria de defender a tese de que o objeto da Filosofia é na verdade um objetivo, uma finalidade que consiste em resgatar em cada momento histórico um certo tipo de questionamento que os outros âmbitos da civilização e da cultura⁹ não estão em condições de colocar, nem muito menos de responder, uma vez que ele se alimenta a um só tempo de uma tradição de longa data (*no modo de questionar*) e das urgências do momento tal como são vistas por esta atitude (*no modo de formular* os problemas e as respostas). Ambos os

⁹ Diferencio, nesta passagem, *civilização* e *cultura* de acordo com a distinção estabelecida por Moses Mendelssohn em seu opúsculo: “*Was ist Aufklärung?*”; de resto extremamente encomiado por Kant, que chegou a dizer que, tivesse ele lido este texto antes, não teria apresentado o seu.

momentos, porém, entrelaçam-se; pois a tradição é sempre aquela que nós vemos no presente.

A *tradição* (a saber, os textos, os testemunhos, as questões já levantadas e os problemas propostos) oferece aos filósofos exemplos de como se deve perguntar e problematizar as coisas, assim como as próprias questões sobre as coisas, a fim de que um pensamento mereça o qualificativo de “filosófico”, ou seja, ensina a pensar filosoficamente àqueles que têm o empenho de continuá-la em alguma medida. Inclusive nos delega certos problemas básicos. O *momento histórico*, porém, *apresenta-nos* este legado da tradição *de uma determinada maneira*; muda-lhe as vestes; privilegia alguns problemas em detrimento de outros - por desconhecimento ou por específico interesse -; formula as perguntas que lhe parecem mais urgentes e as responde de acordo com os elementos de que dispõe. Assim, por exemplo, o problema da identidade é colocado e formulado na Filosofia Grega de um modo diverso daquele em que é colocado por Hegel ou pela Filosofia Contemporânea¹⁰. E as respostas que se oferecem em cada momento também são diferenciadas. O que não poderia ser diferente, uma vez que o contexto da interrogação condiciona diretamente o gênero e o número das possibilidades de respondê-la: quem faz uma pergunta já sabe de algum modo qual é a resposta; pois espera uma determinada resposta e não outras; sabe aquela que pode ou não satisfazê-lo.

À diferença das ciências particulares, como a Filosofia é uma disciplina essencialmente histórica, ela *não progride, ainda que mude*. Quem pensa que a Filosofia progride, confunde-a com uma ciência empírica e particular como a Microbiologia, a Física Experimental ou a Psiquiatria. O conhecimento só pode progredir quando é o conhecimento de algo que não se possui; o progresso consistindo nesse caso em se apropriar paulatinamente do “objeto” através de experiências, hipóteses e cálculos, testes e erros. Tal como quando o físico nuclear estuda o comportamento de certas partículas que não possuem propriedades físicas mas são inferidas a partir das propriedades que se verificam no rastro deixado por sua colisão com algo já conhecido; ou quando bioquímicos, virologistas e demais especialistas em Biomedicina pesquisam o comportamento de um vírus em diferentes meios de cultura ou em relação a certas substâncias passíveis de neutralizá-lo. Na Filosofia, porém, já se possui o conhecimento do que se busca, porque este não se dirige a nenhuma região do ser em particular, mas à elucidação de interrogantes que encontramos em nós mesmos a partir do nosso próprio modo de ser, o qual se enraíza no modo de ser do mundo e da época em que vivemos. A Filosofia questiona e elucida

¹⁰ Mesmo entre as colocações do *Parmênides* (ou do *Sofista*) e da *Metafísica* encontramos diferenças consideráveis acerca do mesmo problema. Tanto como hoje em dia diferem entre si - e de fato, *muito mais* - as colocações de Deleuze e Strawson.

questionando, tal como Sócrates fazia com os atenienses. Nunca deixou de ser, por isso, uma *douta ignorância* - se nos permitem usar uma expressão que o Cusano aplicava noutro contexto. Mas uma ignorância cujo cultivo constitui em algum sentido o que há de mais relevante e profundo naquela antiga palavra, tão vulgarizada hoje, e que as ciências se arrogam: *conhecimento*.

Mas isso, poderá retrucar algum cético de plantão, pode ser dito e feito por qualquer um; é trivial. E se assim for, então qualquer um pode ser filósofo. Ao que devemos responder: certamente, *em princípio* a tarefa da Filosofia pode ser levada a cabo por qualquer um. Mas como *não é* tão trivial quanto parece - se o fosse, o questionamento dos filósofos não provocaria crítica, surpresa, elogio ou aversão - , sempre são poucos os que de fato e de direito conseguem chegar a um porto seguro no tempestuoso oceano da Filosofia. Da mesma maneira que, ao que parece, *em princípio* somos todos “racionais”: na realidade, porém, nem todos o somos sempre, e alguns nunca - por isso seria mas sensato dizer que não somos racionais, mas que temos a possibilidade da razão, e que ela exige, como a Filosofia, *uma certa disciplina*. Requer de uma disciplina que só pode ser apreendida a muito custo através de pacientes reflexões e estudos. Motivo pelo qual consiste numa tarefa que não pode de fato ser realizada por qualquer um, ainda que realizá-la não signifique necessariamente uma prerrogativa.

Se a pergunta for, porém, *o que fazemos os “filósofos de profissão” e qual a relevância de nosso trabalho* - quando por exemplo dizem por aí que não há mais filósofos, ou quando nós mesmos confessamos que há mais filósofos de profissão que filósofos de vocação, ou melhor, que há mais professores de Filosofia do que filósofos propriamente ditos -, a resposta deverá ser tão pragmática quanto a própria pergunta: *o “objeto” dos filósofos de profissão é a própria história da Filosofia*, o estudo, a discussão e a reflexão sobre a *tradição* filosófica que nos precede, a partir da qual podemos adquirir a possibilidade de pensar filosoficamente. *A partir dela* porque, embora a possibilidade da Filosofia, como a da razão e da linguagem, esteja em princípio em todos nós, as palavras, os conceitos, os problemas e as possibilidades de questionamento nos são em boa parte legados por uma tradição. A começar pela própria palavra que traduz este modo de questionar e de ser que é ou chamamos de “Filosofia”, que é uma palavra grega; e portanto de uma língua “estrangeira” e “morta”, cuja história deve em alguma medida ser conhecida para que com ela se possa expressar algo “filosófico” *noutra língua*. Algo que não signifique apenas um *flatus vociis*, um mero nome transportado para outra coisa qualquer que nada tem a ver com o significado da coisa mesma, ainda que a mesma palavra possa ser usada assim por muitos.

Quanto à *relevância* deste tipo de estudos, deve-se dizer que é inestimável: ensina a perguntar por aquilo que ninguém pergunta, trazendo assim clareza acerca de questões que nem o senso comum nem as ciências podem colocar satisfatoriamente, e muito menos responder, e que as religiões acreditam de antemão ter respondido. Não obstante, como essa resposta poderia ser considerada uma petição de princípios, devemos contar com uma outra, mais trivial, porém suficientemente contundente para justificar a permanência da Filosofia nos currículos universitários, e inclusive a existência de cursos de graduação e pós-graduação em Filosofia; bem como o fato de fazermos jus aos nossos empregos e honorários.

A resposta que temos é também simples, extremamente simples e pragmática: a importância da nossa profissão é em princípio análoga à de qualquer historiador da ciência, da arte ou da literatura¹¹. E da mesma maneira que nem sempre os primeiros precisam ser cientistas para fazer uma história das ciências, e os segundos tampouco precisam ser artistas ou literatos para tornarem-se historiadores da arte ou da literatura, os filósofos de profissão não têm por que ser necessariamente filósofos no sentido mais estrito da palavra. O que tampouco impede, por sua vez, que em casos excepcionais alguns destes professores - ou outros cultores - se tornem filósofos neste sentido mais radical, superando a condição inicial de meros historiadores da Filosofia ou filósofos de profissão, e sejam capazes de oferecer uma contribuição à altura dos tempos e da tradição, como foi o caso de Kant e de outros.

Estão, assim, em suspenso - *contestadas* - as pressuposições básicas desta postura tão em voga, que pretende ter esvaziado o cabedal da Filosofia. E respondidas as suas objeções subliminares. Mas isso não é suficiente para explicar por que a filosofia é uma "questão de princípios".

II - O problema da Filosofia

Ora, se a Filosofia não ficou sem objeto; se ela não morreu nem parece ser que vá desaparecer tão cedo como alguns pensam; se ela consiste numa certa atitude, num certo tipo de disciplina cuja característica essencial é a peculiaridade do seu questionamento; se isso tudo for verdadeiro, cabe então perguntar: qual o "objeto" da filosofia? A resposta preliminar que podemos propor é que seu objeto são os princípios.

¹¹ E no melhor dos casos, quando um profissional consegue, seja como for, tornar-se um filósofo no sentido pleno do termo, sua importância é análoga à de um grande poeta ou literato para a cultura de sua nação. Mesmo à de um grande cientista, que, no caso, não contribui tanto à cultura quanto à civilização dos seus concidadãos.

Muitos acharam que os princípios não devem ser discutidos; alguns escolásticos medievais liam Aristóteles no sentido de que *de principia non est disputandum*. E no entanto, o que fez Aristóteles, senão discutir os princípios deixados por seus predecessores? Aristóteles não disse em lugar algum que não se devia disputar acerca dos princípios; disse apenas que toda demonstração deve necessariamente partir de um princípio que deve ser evidente e não pode ser questionado sob pena de regresso infinito. E disse que devia ser admitido porque não se pode começar do nada; nem demonstrá-lo, porque sua demonstração equivaleria a cometer um círculo¹².

Esta circunstância, que não começa com Aristóteles, mas é constitutiva do discurso enquanto tal, tornou-se quase como que o “objeto” da Filosofia: a tradição não tem feito outra coisa senão *disputar acerca dos princípios*. E não por acaso; as ciências, o senso comum e as religiões não se preocupam com os princípios. Pelo menos não como a Filosofia. Porque elas não disputam em torno dos princípios, como fazem os filósofos. O que de resto é natural em Filosofia: se toda demonstração parte de princípios, e se eles, ou pelo menos algum deles deve ser evidente e não pode ser questionado, é óbvio que fará sentido disputar acerca desta “evidência”. E se cada questão e cada problema provêm em certo modo de um princípio, o que os filósofos fazem em sua incômoda atitude é despir esses princípios das roupagens que os ocultam e pesá-los em relação a suas causas e conseqüências.

Se, entretanto, cada questão envolve um princípio, o próprio ato questionar enquanto tal também terá um princípio; esse princípio poderia ser caracterizado como o princípio, o problema da Filosofia. Todavia, como os princípios são discutíveis, quando as discussões se estendem sem “solução” a questão sói transformar-se num *problema* que não pode ser respondido; pelo menos não do mesmo modo que se responde qualquer pergunta no âmbito do senso comum ou das ciências particulares.

As questões que se transformam em problemas são justamente aquelas com que se ocupa a Filosofia¹³. É porque colocam profundos problemas - e não apenas porque se dirigem aos princípios - que as questões filosóficas caracterizam-se como *questões de princípio*. Colocam problemas porque *questionam* princípios, porque alvejam o fundamento de cada coisa em particular ou de todas as coisas em geral.

Todas essas questões, porém, podem ser consideradas como instâncias do modo de questionar característico da Filosofia; e se todas elas envolvem um princípio, que é um

¹² Cf. por exemplo, *Anal. Post.* I 3.

¹³ Já oferecemos uma caracterização tácita e preliminar das questões filosóficas enquanto “problemas” em nosso *paper* “Do problema do ensaio - do ensaio como problema”, *Princípios* v.1, n.1 (1994), pp. 91-99. pp. 91-99.

problema, não seria raro fossem derivadas em última análise do problema fundamental que se esconde por detrás do questionamento filosófico e de sua atitude peculiar. E como todas estas questões são questões de princípio, podem ser chamadas de “fundamentais”¹⁴.

Ora bem, se são questões fundamentais porque se dirigem ao princípio fundamental antes que a qualquer outro princípio, e porque permitem inclusive questionar o fundamento do próprio “questionar”, e se podem ser simultaneamente consideradas como instâncias da atitude peculiar do questionamento filosófico, então este modo especial de questionar poderia ser conceitualmente delimitado em princípio como aquilo que gostaríamos de chamar *a questão pelo fundamento enquanto tal*¹⁵.

Se isso é assim, então parece que todas as questões filosóficas derivam de uma questão que é primeira. Assim como não se pode duvidar absolutamente de tudo, pois a dúvida deve necessariamente basear-se em uma certeza ou princípio incontestes, as questões filosóficas que operam como instanciações do questionamento característico do filosofar podem ser consideradas como se partissem de uma questão básica, daquela que se pode considerar o princípio de toda pergunta em geral. A questão acerca do princípio de qualquer coisa, seja este entendido no sentido lógico, ontológico ou epistemológico, seja no sentido empírico (i. é, temporal), pré-supõe não só a existência e a necessidade de princípios, mas sobretudo a possibilidade de uma pergunta pelo princípio em geral. E uma questão desse porte conflui com a velha questão do fundamento enquanto princípio de toda realidade. Dito de outro modo: toda questão de princípios pressupõe lógica ou epistemicamente a possibilidade de uma pergunta por algo tal que é “princípio”, bem como ontologicamente *a questão do princípio* de todas as coisas¹⁶.

III - O problema do fundamento

¹⁴ As palavras “fundamento” e “princípio” são ambas polissêmicas, o que poderia induzir a equívoco. No entanto, *em princípio* podem ser consideradas sinônimas em Filosofia. A plurivocidade de sentidos já se encontra na palavra grega *arkhé* (ou *arché*); veja-se por exemplo o livro Δ (V) da *Metafísica*, 1013 a-b. No entanto, gostaríamos de usar a primeira, como se verá, num sentido em que a segunda aparecerá como seu derivado.

¹⁵ Ao definirmos agora um problema, que outrora delimitaríamos como o problema da relação entre ser e pensar, como a “questão do fundamento” ou pelo “problema do fundamento”, confessamo-nos em alguma medida devedores de uma problematização encaminhada pelo Prof. Gilvan Fogel numa conferência intitulada *Do Fundamento* recentemente publicada (em *Revista de Filosofia*.(UFPB), 3 (1996), pp. 5-17).

¹⁶ Poderíamos dizer: pressupõe *existencialmente* a questão o fundamento, se isso não nos compromettesse necessariamente com outros problemas já conhecidos. Na pior das hipóteses isto pode ser admitido pelo menos do ponto de vista histórico. Voltaremos sobre o problema.

Agora bem, este que foi chamado o problema da Filosofia, o problema do fundamento, o problema da relação entre ser e pensar¹⁷, a *questão do fundamento*, é o princípio da Filosofia como *filosofar*. Princípio significa aqui: o que faz com que algo seja o que é como tal. O Princípio (o Problema) da Filosofia enquanto modo de ser próprio e peculiar da atitude que caracteriza o questionamento filosófico, por excelência, como a ação de filosofar e o diferencia dos outros saberes em geral.

O problema da Filosofia, assim, não pode ser entendido só formalmente, do ponto de vista epistemológico; nem tampouco só ontologicamente (metafisicamente), como grande parte da tradição fez. Pois ambos os pontos de vista estão tacitamente implicados e incluídos em cada pergunta filosófica. Que todo estabelecimento de critérios epistêmicos pressupõe princípios “ontológicos” que os determinam, tanto como toda descrição ou delimitação do modo de ser da realidade ou de determinadas entidades só pode ser feita a partir de critérios epistêmicos que geralmente são algo tácito e não explícito, é claro. Problemática que nos sugere a possibilidade de uma raiz comum; de que se trate de ambos aspectos de uma e a mesma coisa. Uma vez que não se pode falar do ser sem pressupor o conhecimento do ser, mas tampouco se pode conhecer o ser sem comprometer-se com uma certa interpretação do ser. Numa palavra: se é verdade que para conhecer o ser é preciso ter critérios, também é verdade que não podemos ter critérios sem pressupor o conhecimento do ser. Ambos os elementos são, por isso “matéria” e “forma” da atitude filosófica - isto é, evidentemente, apenas uma *metáfora*.

Por isso é que toda crítica da metafísica com pretensões meramente epistemológicas sempre assentou em última instância numa “outra” metafísica¹⁸. Sempre permaneceu condicionada ao âmbito das possibilidades de questionamento permitidas (deixadas) pela própria metafísica criticada. Mas não somente porque sempre partiu de princípios incapazes de serem justificados de acordo com os mesmos padrões de justificação que se exigiu da metafísica e que esta não podia evidentemente oferecer¹⁹. Além disso, e sobretudo, porque o princípio, o primeiro princípio, aquela pressuposição necessária de

¹⁷ De resto, todo o Idealismo Alemão é uma instância privilegiada do problema da filosofia porque nele se torna absolutamente claro o problema enquanto *problema da relação entre ser e pensar*: o problema da coisa em si põe em jogo a radicalidade da questão tanto como a do *fundamento da possibilidade da própria relação* quanto como a do *fundamento ou princípio da própria realidade*, de tal modo que da constituição ontológica da segunda se compreende a possibilidade ou impossibilidade da primeira.

¹⁸ Richard Rorty e Jürgen Habermas têm a seu modo reconhecido isto com clareza. Bem como, entre nós, E. Carneiro Leão e G. Bornheim - para citar os principais dentre os que são conhecidos por nós.

¹⁹ Sir K. Popper percebeu muito bem esta dificuldade; tanto que se preocupou por mostrar o valor da metafísica em face dos positivistas lógicos e de outros. Infelizmente, a sua concepção, pelas possibilidades que a epistemologia lhe oferecia, teve de defender uma concepção em que a filosofia ainda é de algum modo *ancilla scientiarum*, “pré-científica”.

onde tudo mais decorre, ou aquelas premissas que não são nem podem ser demonstradas, assentam em última instância em opções indemonstráveis e ontologicamente, i. é, metafisicamente condicionadas. *Opções que traduzem a ignorância metafísica de onde partem todas as nossas indagações e certezas e o interesse “histórico” por uma determinada alternativa frente a outras possíveis dentro do âmbito de possibilidades da questão.*

Assim, tampouco faria sentido - pelas mesmas razões - simplesmente criticar o ponto de vista epistemológico em favor de uma aceitação incondicional da metafísica; significaria efetuar uma redução análoga àquela do positivismo em face da metafísica tradicional. A questão, parece-nos, passa antes - para além do reconhecimento da plurivocidade e concomitante problematicidade de todos estes termos - por *saber reconhecer que o aspecto epistemológico é tão essencial ao questionamento filosófico quanto o aspecto ontológico ou metafísico*. Do mesmo modo que em todo discurso sempre há uma exposição e aquilo que é exposto por ela, em todo questionamento da Filosofia há critérios e princípios que não são exauridos nem pela epistemologia nem pela metafísica isoladamente.

Dizer que o problema da filosofia é assim o *problema do fundamento* há de significar então as duas coisas: do fundamento, enquanto que se medita e se pergunta acerca dos princípios, axiomas, pressuposições, premissas ou critérios em que assentam as perguntas, os discursos e os problemas, de um lado; e de outro, na medida em que o perguntar vai ao princípio de cada coisa, e não somente no sentido formal de partir de proposições derivadas de outras ou de fazer objeções de princípio ou colocar questões de método em geral, mas também no sentido de se preocupar pelo que perfaz a coisa ou a questão mesmas. No primeiro sentido evocamos o aspecto da *fundamentação*. No segundo, o do princípio da mesma; do fundamento a partir da qual ela vem a ser o que é - seja bem-sucedida ou não. Este segundo sentido refere-se ao que acima indicamos de passagem como a pergunta e o princípio de toda pergunta filosófica (§11).

Postulamos que toda pergunta filosófica é uma questão de princípio, e que toda questão de princípio pressupõe a própria possibilidade de questionar o princípio, a qual assenta em geral na questão acerca do princípio a partir do qual tudo vem a ser o que é. Dito de outro modo: toda questão em Filosofia é uma instância da pergunta que motiva o modo de questionamento típico da atitude filosófica²⁰, a saber, a questão original pelo fundamento de tudo que há, e que é por sua vez o fundamento de todo perguntar. Isto merece um esclarecimento.

²⁰ Parece-nos que Aristóteles refere-se precisamente a isto quando afirma que os homens começaram a filosofar movidos pelo espanto, *dià gàr tò thaumázein* (*Met.* 982b 12).

Toda pergunta supõe a existência de um “porquê”. Há, portanto, tantos porquês quantas perguntas são possíveis. Mas o fundamento da possibilidade do perguntar mesmo, enquanto “*por quê?*”, tem que assentar por sua vez no porquê em geral, em sua possibilidade. Posto que se o porquê em geral não fosse possível, tampouco seriam possíveis quaisquer de suas instâncias. Ora, se esse porquê não pode ser entendido só formalmente, uma vez que no porquê há uma atitude vital de questionamento e não apenas uma fórmula epistêmica ou gramatical, um comprometimento ontológico, o fundamento de toda e qualquer pergunta pelos princípios deve estar no porquê original que cimenta a possibilidade de toda e qualquer pergunta em geral e enquanto tal²¹.

Mas o *quê* é afinal este porquê original e em que medida se relaciona com a tarefa do pensamento filosófico?

Note-se de antemão que, na vida, em geral são as crianças as primeiras que perguntam por quê, não os filósofos. Assim como na história são as religiões as que primeiro fazem a pergunta, e não a Filosofia. E a pergunta que está na raiz do porquê invocado aos pais por toda criança, bem como a pergunta que origina todas as religiões, é sem dúvida uma pergunta fundamental. Uma pergunta que exige do respondente que não se situe senão na razão de ser das próprias coisas. Por isso amiúde não sabemos responder às crianças quando perguntam: “Por que isso é assim?”, devolvendo-lhes um seco e vazio: “Porque sim”. Ao que a criança - como o filósofo, com as melhores intenções e toda a razão do mundo - é forçada a perguntar novamente: “e por quê - é assim?”; isto ocorre via de regra até que a criança se cansa de ouvir respostas incompletas e acaba por aceitar qualquer coisa que lhe digam.

Nas crianças, porém, deparamos com uma perplexidade que nos lembra o “espanto” que Platão e Aristóteles identificavam como a *arché* da Filosofia²². Mas como se trata de crianças, normalmente acabamos sorrindo e dizendo: “...crianças!”. Como se essa pergunta que ninguém faz fosse, por isso, porque ninguém a faz, absurda; como se as crianças a fizessem por mera inexperiência.

²¹ Muitos poderão entrever aqui as idéias de Heidegger. Mas ainda que este autor seja extremamente relevante para compreender e elucidar o caráter peculiar do filosofar, cabe salientar no mínimo nossa diferença com respeito ao mesmo: primeiro, não endossamos a tese da *Seinsvergessenheit*; segundo, não sustentamos uma defesa “unilateral” do ponto de vista ontológico; terceiro, não cremos que todo o problema seja superar a metafísica; quarto, como é evidente, sustentamos uma interpretação diferente da sua quanto a Kant e ao Idealismo Alemão em geral. Afora isso, confessamos de bom grado que concordamos com ele em muitos aspectos e o consideramos como um dos maiores pensadores deste século por ter percebido o quanto é fundamental a colocação da metafísica e o quanto há de “metafísico” em todas as recentes recusas da metafísica. De resto, cremos que enquanto muitos autores poderiam achar “heideggeriano” o nosso ponto de vista, por ser contrário ao deles, não seriam poucos os heideggerianos que considerariam nada ou muito pouco heideggeriano o discurso que vimos sustentando até aqui.

²² *Teeteto*, 155d; *Metafísica*, 982 b12-13.

Na tradição da Filosofia, entretanto, reaprendemos que essas perguntas são as fundamentais; que é por isso que não podem ser respondidas. E que nem por isso devem deixar de ser colocadas, pois embora a cada nova investida ganhem decerto mais interrogantes e dúvidas, também atingimos mais clareza quanto ao *que* não sabemos, ao *como* devem ser formuladas as próprias perguntas e ao *por que* não podem ser respondidas como as questões singelas e costumeiras de todos os dias. Do mesmo modo que a criança, o homem, o mesmo homem que faz guerra, arte, ciência, religião e filosofia se faz essas perguntas; *tudo homem em geral* sempre se faz tacita ou explicitamente a pergunta da criança, a pergunta pelo porquê de tudo que é e vê, a pergunta pelo princípio, a causa, o motivo, a razão de ser da vida e de todas as coisas do universo em geral. Normalmente, esta questão é feita de modo a desdobrar-se em três questões que lhe são mais constitutivas do que subordinadas: *de onde venho?, quem sou?, e por que existo?*²³.

A primeira é a da proveniência: a criança sabe - aprende a saber - que provém dos pais; mas num certo momento se pergunta de *onde* vêm os pais; e depois, de onde vem tudo que vem. É a mais radical, a que questiona o fundo de tudo, tal como fora perguntado no início de todas as religiões. Tal como na tradição filosófica ocidental ela fora colocada por Anaxágoras e pelos seus contemporâneos, mas de modo diferente daquele da pergunta pelo sobrenatural e sagrado. É a pergunta pela *arché propriamente dita*.

A segunda é a pergunta pela humanidade do Homem. Por aquilo que o homem é enquanto ser vivo que ignora não somente sua proveniência, mas também sua essência, seu modo de ser o que é enquanto ser vivo, histórico e mortal. Nela confluem a pergunta pelo começo e a pergunta pelo fim, pela origem e pela razão da morte e da caducidade em geral. Desta última surge a idéia da necessidade de agirmos de uma determinada maneira e não de outras.

A terceira é a pergunta pelo *fim*: “por quê” aqui não diz tanto a partir de que origem, mas por que motivo, com que fim: “para quê?”. É a pergunta pelo *sentido* daquilo que faz perguntar e que motiva as duas primeiras questões. “Por que não sabemos de onde vimos e o que somos enquanto somos seres que estão inexplicavelmente vivos, têm memória e podem morrer?”. Isto é: para quê. Mas não para que serve isto ou aquilo e sim por quê, *com que finalidade* tudo é o que é e como é, inclusive nós mesmos?

Do aprofundamento em torno deste porquê primeiro, destas três instâncias em que se desdobra a pergunta pelo fundamento, derivam todas as outras; e mesmo as questões da

²³ Esta última pode ser posta também como : “para onde vou?”. A tradição as pensou como as perguntas do princípio ou causa, da substância, e do fim.

Filosofia que a tradição parcelou em disciplinas - a ética, a estética, a cosmologia, a ontologia, etc.

Assim, da pergunta originária pelo fundamento surgem todas as questões de princípio que preocupam os filósofos. No porquê originário que todo ser humano pergunta desde sempre encontra sua raiz o problema essencial da filosofia, e no modo de ser histórico da filosofia encontra-se a preocupação de cada época no equacionamento deste porquê.

Neste sentido, é por ser originariamente caracterizada pela pergunta pelo fundamento que a filosofia se tornou uma questão de princípios. É por que as *respostas* da tradição à pergunta primordial acabaram por esvaziar o seu sentido que os filósofos se preocupam há muito tempo com *princípios* no plural, mas não mais com o fundamento enquanto tal. E é porque se ocupam com princípios e não mais com o fundamento que são levados a reduzir o problema da filosofia àquele aspecto epistemológico da justificação e da fundamentação de princípios a partir de outros princípios. Mas assim como em todo discurso o princípio formal pressupõe sempre uma base "material", do mesmo modo toda fundamentação pressupõe um fundamento. Todo princípio particular pressupõe um princípio fundamental que sempre pode ser questionado e cujo questionamento esclarece nossa ignorância.

Por isso tudo que a filosofia é uma disciplina que consiste em questionar, analisar, discutir e propor princípios; princípios que jamais esgotam nem podem esgotar a idéia normativa do princípio enquanto tal. Por isso penso que talvez a filosofia não é nem será jamais uma ciência - mas não há prejuízo algum nisso!